

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL/RO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ADRIANO DE OLIVEIRA SIMÕES**

**O PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM JI-PARANÁ-RO**

**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**ARTIGO**

**Cacoal-RO**  
**2013**

**ADRIANO DE OLIVEIRA SIMÕES**

**O PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM JI-PARANÁ-RO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do prof. Ms. Evimael Alves Teixeira

Cacoal - RO

2013

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS DE CACOAL**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo intitulado “O Processo de Arrecadação do ISSQN em Ji-Paraná-RO”, elaborado pelo acadêmico Adriano de Oliveira Simões, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

---

**Prof. Ms. Evimael Alves Teixeira**  
**Presidente**

---

**Prof. Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira**  
**Membro**

---

**Prof. Dra. Suzenir Aguiar Sato**  
**Membro**

---

**Média**

**Cacoal – RO**  
**2013**

Primeiramente agradeço a Deus, o centro e o fundamento de tudo em minha vida, por renovar a cada momento a minha força e disposição e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Em especial quero agradecer minha namorada Pollyanna por sempre estar do meu lado me dando força nos momentos de desânimo, me incentivando a não desistir e também por sempre oferecer sua ajuda revisando meus trabalhos.

Agradeço aos meus pais, Ângelo e Angelina que nunca mediram esforços para que eu pudesse ter uma boa educação e por me apoiar em todas as escolhas que eu fiz na vida. Ao restante da minha família que tanto me ajudou dando sua total compreensão e me animando por inúmeras vezes durante esse período de graduação.

Ao meu orientador Prof. Ms. Evimael Alves Teixeira, pela instrução, apoio e empenho na produção deste trabalho. Assim como todos os professores, do curso de Ciências Contábeis da UNIR, pela convivência harmoniosa, pelas trocas de conhecimento e experiências que foram tão importantes na minha vida acadêmica/pessoal.

A todos que influenciaram e contribuíram de uma ou outra forma na realização deste presente trabalho.

Não poderia deixar de dedicar esse trabalho também a todos os meus amigos do curso e também amigos universitários do Buzão de Ji-Paraná, que fizeram parte dessa caminhada comigo. Peço a Deus que os abençoe grandemente, preenchendo seus caminhos com muita paz, sabedoria, amor, saúde e prosperidade.

O ato da conquista de um grande sonho reflete o sucesso nas lutas diárias para alcançá-lo.

Kléber Novartes

## O PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM JI-PARANÁ- RO

Adriano de Oliveira Simões<sup>1</sup>

### RESUMO

O ISSQN é considerado o imposto municipal de maior expressão financeira para o município, analisando seu histórico de arrecadação em Ji-Paraná, é o imposto que mais se arrecada e evolui durante os anos, em comparação com outros impostos municipais é extremamente importante à arrecadação do ISSQN para o município. Este trabalho teve como objetivo investigar como funciona o processo de arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN em Ji-Paraná-RO, com vistas à proposição de melhorias. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Entrevistas e um questionário foram utilizados para a coleta dos dados e assim, para descrever o objetivo proposto utilizou-se a técnica por meio de fluxograma de blocos. Diante à análise, todas as etapas do processo de arrecadação do ISSQN desde o fato gerador até o recebimento do imposto foram observadas, onde pôde-se sugerir algumas ações de melhorias para o processo, contudo as principais sugestões estão relacionadas com o uso da tecnologia.

Palavras-chave: Ji-Paraná. Processo. Arrecadação. ISSQN.

### 1 INTRODUÇÃO

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios todos autônomos nos termos da Constituição (BRASIL, art. 18, 1988). Diante disso os municípios são considerados entes federativos da União e receberam oficialmente a delegação de competência tributária para instituir, fiscalizar, arrecadar e administrar os tributos de sua própria competência.

Para disciplinar as contas públicas a Constituição Federal de 1988 formulou no art. 37 sobre administração pública gerencial, baseada no princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nesse contexto, o Orçamento Público é a peça chave que disciplina os gastos e organiza a previsão das receitas. De acordo com Brasil (art. 165, 1988), compreendendo a elaboração e execução de três leis – o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias (LDO) e o orçamento anual (LOA) – que, em conjunto, materializam o planejamento e a execução das políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR Campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Ms. Evimael Alves Teixeira.

No que tange a receita pública, segundo Kohama (2003), “receita pública é todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos quer seja efetivado através de numerários ou outros bens representativos de valores, que o Governo tem direito de arrecadar, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem”.

Segundo a Lei da CFB n.º 4320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 11, parágrafo 1º e 2º), as receitas podem ser de dois tipos, Receitas Correntes e de Capital. Receitas Correntes são classificadas em receita tributária, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras. Enquanto que as Receitas de Capital são classificadas em operações de créditos, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras.

Receitas Tributárias segundo Andrade (2002) “são receitas provenientes de tributos em geral, pagas pelos contribuintes pelas atividades exercidas, sobre suas rendas, suas propriedades e dos benefícios diretos e imediatos recebidos do Estado, sendo uma das mais importantes nas receitas orçamentárias”.

De acordo com o Art. 156 da Constituição Federal do Brasil – (BRASIL, 1988), para os municípios adquirirem recursos financeiros tributários próprios, existem impostos que são de sua competência. Os impostos instituídos pelos municípios são IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, ITBI – Imposto Sobre a Transmissão "inter-vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais Sobre Imóveis e ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

O ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), respeitando o Código Tributário Nacional – CTN (1966) é utilizado pela gestão vigente com o intuito de arrecadar receitas, sobre os serviços prestados dentro do seu território, ou seja, cada município tem o dever de fixar uma alíquota referente ao ISSQN sendo que essa alíquota é definida, variando de acordo com o serviço prestado. As alíquotas não podem ser inferiores a 2% (Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2.002) ou superiores a 5% (artigo 8º, II, LC nº 116/03). Portanto cada município tem sua legislação tributaria municipal própria, destacando nela, as alíquotas da região que devem ser aplicadas na base de cálculo.

A gestão do ISSQN nos municípios é a mola propulsora para a melhoria da arrecadação. Existem alguns problemas específicos que ocorrem diariamente e não é novidade que os municípios ostentem desempenho desastroso na arrecadação do Imposto Sobre

Serviços de qualquer natureza (ISSQN) e isto se deve a três fatores preponderantes como, a inadequada legislação reguladora do tributo, as deficiências de toda ordem dos aparelhos administrativos e a ausência de sintonia entre os recursos legais administrativos e tecnológicos (SHONTAG 2002).

A combinação destes três elementos, com os seus desdobramentos naturais, impedem que os Municípios apanhem receitas que lhes são indispensáveis, estimulando, o hábito de sonegar ou inadimplir.

Para Stiglitz *apud* Ozaki e Biderman (2004, p. 1), um sistema tributário “**desejável**” caracteriza-se pelo seguinte elenco:

- 1) Eficiência econômica: não deve interferir na alocação eficiente de recursos.
- 2) Simplicidade administrativa: deve ser fácil e relativamente barato de se operar.
- 3) Flexibilidade: deve responder com agilidade, de preferência automaticamente, às mudanças econômicas.
- 4) Responsabilidade política: os indivíduos devem saber quanto estão pagando e recebendo (transparência).
- 5) Justiça: indivíduos iguais devem ser tratados da mesma forma; indivíduos diferentes, de forma diferenciada, garantindo-se que, quem pode mais, paga mais.

“Para que se exija a aplicação do princípio da eficiência é necessária à introdução de práticas administrativas e recursos tecnológicos afinados com a capacitação dos executores do processo” (SCHONTAG, 2002, p. 3).

Processo é a forma pela qual um conjunto de atividades cria, trabalha ou transforma insumos com a finalidade de produzir bens e serviços, que tenham qualidade assegurada, para serem adquiridos pelos clientes. Os três principais instrumentos para levantar e documentar o processo são: a entrevista, os formulários e coleta de dados e a observação direta (CRUZ, 2007).

Foi escolhido o município de Ji-paraná-RO (arbitrariamente justificado na seção de metodologia) para estudar como funciona a arrecadação do ISSQN desse município por meio de processo. Diante do exposto, é proposta a questão que conduz este estudo: Como é o processo de arrecadação do ISSQN do município de Ji-paraná-RO?

Portanto, o objetivo principal desse trabalho será investigar como funciona o processo de arrecadação do ISSQN no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia.

Como objetivo específico, pretende-se verificar os mecanismos e estratégias utilizadas no funcionamento do processo da arrecadação do ISSQN e propor alternativas que possam ser utilizadas para melhorar o processo de arrecadação do município. Nesse sentido, delimita-se estudar o processo de arrecadação tributária do ISSQN em Ji-Paraná - RO.



Conhecer o processo de arrecadação é fundamental para descobrir como funciona desde o fato gerador até o pagamento do débito fiscal. Ao descobrir pontos fracos que impedem a agilidade do sistema pode-se oferecer sugestões para otimização e eficiência do processo. Entende-se que havendo melhorias no processo arrecadação do ISSQN, proporcionará também o aumento da receita tributária do município, onde irá impactar na melhoria da qualidade de vida da população.

Este estudo se justifica por investigar como funciona o processo de arrecadação do ISSQN da cidade de Ji-paraná-RO, considerando que o ISSQN é o imposto municipal de maior expressão, em relação aos outros tributos municipais.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Neste capítulo estão descritos os principais pilares teórico-conceituais deste estudo, desta forma, dada a complexidade do processo de arrecadação de um município, este trabalho está alicerçado aos elementos que apoiem o entendimento do imposto, processos e as técnicas de demonstração.

### **2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO E RECEITAS PUBLICAS**

Em concordância com as leis orçamentárias, metas tributárias são fixadas, nos municípios para os anos subsequentes, tornando o planejamento orçamentário tributário, necessário para obtenção de êxito das metas orçamentárias.

Lima (2009, p. 46), esclarece que o ciclo da execução do orçamento público deve tratar do PPA, LDO e LOA:

Essas Leis e planos deverão ser seguidos pelo governo e servirão para nortear as decisões acerca da aplicação dos recursos públicos, provenientes da arrecadação de tributos e do repasse dos valores feitos pelas esferas de governos superiores. No caso das prefeituras, podem haver repasses do governo estadual e também do governo federal, por meio dos fundos de participação dos municípios.

As características do orçamento público está pautada pelas receitas previstas e despesas fixas de acordo com as leis orçamentárias, também é usado como uma ferramenta de planejamento que tem a finalidade de evitar que o governo gaste mais do que arrecada.

Abdala (2008) define Receitas Públicas “como sendo todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas”.

## 2.2 TRIBUTOS, DESCENTRALIZAÇÃO FISCAL E O AUMENTO DA ARRECADAÇÃO DIRETA

De acordo com o CTN (1966), em seu art. 3º, tributos é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo, o valor se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Prestação Pecuniária em moeda, Sabbag (2008) diz que “o tributo deve ser pago em dinheiro, não podendo ser pago *in natura* ou *in labore*, ou seja, por meio de entrega de bens, produção ou prestação de serviço em troca da quitação de tributos”.

Prestação Compulsória segundo Becker (1998, p. 265), “a vontade do sujeito passivo de prever ou desejar o dever jurídico tributário é indiferente para sua incidência”.

A ideia de que os municípios dependiam exclusivamente dos repasses dos governos para obter recursos financeiros vindo dos tributos, vem a ser abandonado com o advento da constituição de 1988, pois houve um forte incremento da arrecadação própria municipal como os tributos de competência dos municípios. “O grau de descentralização fiscal é medido pela maior ou menor participação dos governos estaduais e municipais na receita e no gasto público e pela autonomia na condução das políticas típicas de governo”, e conclui que “o Brasil constitui uma federação de direito e de fato acentuadamente descentralizada” (AFONSO; ARAUJO, 2001, p. 2).

Segundo Guedes e Gasparini (2007) em estudo realizado sobre a descentralização fiscal e tamanho do governo do Brasil concluem que:

O fenômeno da descentralização fiscal caracteriza-se pela participação mais acentuada das instâncias sub-nacionais de governo, tanto no financiamento como nos gastos governamentais. O processo experimentado pelo Brasil a partir dos anos 80, no entanto, não foi planejado, ocorreu a partir de conflitos entre a União, Estados e municípios resultantes da concentração de recursos na União imposta pelo regime ditatorial. A descentralização brasileira, assim, teve como um de seus objetivos o fortalecimento financeiro e político de Estados e municípios, em detrimento do governo central, como forma de fortalecer a democracia então em vias de restabelecimento (GUEDES; GASPARINI, 2007, P. 1).

Guedes e Gasparini (2007) também destaca que a descentralização fiscal implica alguma “autonomia dos governos regionais e locais nas decisões de gasto e de arrecadação, de

modo a conferir-lhes alguma responsabilidade perante os cidadãos daquelas circunscrições e estes recebem os benefícios implícitos nos gastos, mas também são os financiadores de pelo menos parte destes”.

Segundo Afonso e Araujo (2001) “A descentralização dos recursos tributários, promovida pela constituição de 1988, foi acima de tudo um movimento de municipalização da receita. Nunca antes os municípios tiveram uma importância tão elevada na administração pública nacional”.

As receitas que o gestor do município tem poder para gerir em seu mandato, provem das receitas financeiras própria do município.

De acordo com Oliveira (2009 p. 16-17), as receitas financeiras próprias (tributos municipais) são:

**IPITU:** imposto cobrado sobre a propriedade predial e territorial existente na zona urbana seja residencial, comercial ou industrial.

**ISSQN:** imposto cobrado sobre serviço de qualquer natureza prestado por médicos, advogados e outros profissionais, bem como, por empresas (lavanderias, por exemplo).

**ITBI:** imposto cobrado sobre a venda de imóveis (transações “inter vivos”, excluem-se as transferências por herança) realizadas no município.

**Taxas:** fiscais e de licenciamento, de expediente, de limpeza urbana, de licença para exercício de atividade (alvarás).

**Transferências:** receitas obtidas por meio de transferências de outros entes da federação e concentra-se em:

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços): Repasse Estadual (25% deste imposto é redistribuído aos municípios);

IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores): Repasse Estadual (50% são encaminhados ao município onde o veículo é licenciado);

FPM (Fundo de Participação dos Municípios): Repasse Federal (Formado por 22,5% do total da arrecadação do IR e do IPI);

ITR - **Imposto Territorial Rural:** Repasse Federal (50% são encaminhados ao município onde fica a propriedade rural).

A legislação tributária por si só não garante os resultados esperados pelos municípios, pois os mecanismos introduzidos pela norma, como os que cuidam da substituição, retenção, responsabilidade e obrigação tributárias precisam de ferramentas que otimizem a ação fiscal, propriamente dita, e que abrange desde a verificação das hipóteses de incidência, sua apuração e quantificação, até a resolução do processo fiscal que se lhe seguir (SCHONTAG, 2002).

No mundo globalizado as inovações tecnológicas são apresentadas frequentemente, em conjunto com essa evolução os municípios estão se reciclando administrativamente utilizando as inovações como ferramentas para se obter a eficiência na arrecadação tributária.

Em 1997 o governo federal formulou diretrizes para que o Banco Nacional do

Desenvolvimento – BNDES, apresentasse um programa especialmente desenhado para os municípios – O Programa de Modernização Administrativa Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), que tinha como objetivo apoiar a melhoria da administração tributária e da gestão financeira municipal.

No entanto, em alguns casos as mudanças não necessariamente precisariam de investimentos. “Há muitos casos em que não é preciso investimento, mas simplesmente alteração de leis municipais ou mesmo apoio no sentido de se reunir a jurisprudência na matéria, de forma a possibilitar a defesa dos interesses da fazenda municipal” (AFONSO; ARAUJO, 2001).

### 2.3 ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Com a Reforma tributária implementada pela Emenda Constitucional nº 18/65 o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza veio substituir o IIP - Imposto sobre Indústrias e profissões (SABBAG, 2009).

Segundo Gomes e Gomes (2008, p. 5):

A Emenda constitucional n. 18, de 1965, atribuiu a competência tributária para instituição do ISSQN aos municípios, mas não permitiu sua implantação imediata, pois aguardava-se uma lei complementar que deveria estabelecer os critérios para distinção das atividades sujeitas ao imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) e ao imposto sobre serviços (ISS).

O Decreto-Lei n. 406, de 31 de dezembro de 1968, que entrou em vigor em 1969, estabelecendo normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis ao ICM e ao ISS, revogou todas as disposições relativas aos impostos que constavam no Código Tributário Nacional.

De acordo com o decreto lei nº 406/68 no seu art. 8 ele relacionou a hipótese de incidência fiscal em uma lista de serviços como diz: "Art. 8º. O imposto de competência de municípios sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador à prestação de serviço por empresa ou autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista anexa". Conforme o art. 156 da CF, que confirma que em relação ao ISSQN o município é quem deverá fazer a cobrança bem como fixar alíquotas sobre serviços constantes em seu território, baseado nessa contextualização os gestores do município tem responsabilidade de gerir os impostos municipais, pois após serem eleitos, eles possuem a confiança, para administrar e otimizar o sistema tributário do município e consequentemente elevar ou declinar a arrecadação municipal.

Segundo Silva (2008) a evolução legislativa acerca do ISSQN ocorreu após a emenda constitucional, com a publicação do Decreto-Lei 406/1968, que trouxe a lume os elementos do ISSQN, onde definiu o sujeito passivo, sujeito ativo, base de cálculo e alíquota, contribuindo ainda com a exceção no tocante ao local da prestação dos serviços, após a publicação do Decreto-Lei 406/1968, outras edições de leis complementares surgiram como a de n. 834/1969, n. 056/1987, n. 100/1999 e atualmente a 116/2003, sendo elas ajustadas ao poder de tributar, aferido aos Municípios, através do artigo 156, III da constituição conforme a seguir.

De acordo com o art. 156 da CFB - (BRASIL, 1988) cita que compete aos municípios instituir imposto sobre:

III – Serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art.155, II, definidos em Lei Complementar.  
 No §3º desse mesmo artigo apresenta que:  
 Fixar as suas alíquotas máximas a mínimas;  
 Excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior  
 Regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

### **2.3.1 Competência**

Após a evolução legislativa acerca do ISSQN, a lei complementar nº 116/03, sancionada pelo presidente da república, trouxe novas regras, contudo dispõe sobre o ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, afirmando a competência dos Municípios e do Distrito Federal assim como outras providências.

O ISSQN por ser um imposto de competência municipal, a sua forma de recolhimento assim como alíquotas e datas são estabelecidas de acordo com a legislação de cada município, podendo o recolhimento ser efetuado através de guia emitido por meio eletrônico (NFS-e) ou através de outro documento de arrecadação municipal fornecido pela prefeitura.

Conforme Silva (2008) o ISSQN é o Imposto de competência concorrente do Município, sendo suma importância, pois na verdade é o carro chefe de um Município no tocante a arrecadação própria, em razão da predominância fiscal.

Como se trata de competência concorrente vislumbra uma matéria destinada a um ente federativo, ao qual é conferido constitucionalmente com finalidade de ajustar sua política de tributação, é o que acontece com os Municípios (SILVA, 2008).

O ISSQN é um imposto urbano que compete aos municípios o seu recolhimento, de acordo com Brasil (1988), os municípios foram considerados entes federativos da União,

levando-os à autonomia municipal em termos políticos, administrativos, legislativos e financeiros. Da mesma forma a constituição regulamentou a arrecadação própria dos municípios. Santi (2005, p. 505) relata que, “se o imposto é de competência municipal, a nosso ver, a decorrência lógica, é que o município tem competência para exigir o imposto somente sobre os serviços ocorridos em seu território”.

O decreto baixado pelo presidente da república, o Decreto-Lei 406/68 estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências. Traz a definição do fato gerador do ISS em seu art. 8º, o qual foi substituído pela Lei Complementar nº 116/03, mas o primeiro ainda conservou suas normas, segundo o seu art. 1º que discorre assim “O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes na sua lista, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador”.

O ISSQN incide sobre as atividades arroladas em uma lista de serviços especificadas na lei complementar 116/03, que inclui serviços prestados por profissionais liberais (contadores, médicos, advogados, arquitetos, etc.), construção civil, hospedagem, serviços bancários, serviços de reparação e manutenção, entre outros.

Pautado em leis, cada município tem autonomia tributária sobre o ISSQN, ou seja, dentro do seu Código Tributário Municipal - CTM deverá conter nele os serviços e que deverá ser cobrados através de uma alíquota específica por cada tipo de serviço, respeitando um limite mínimo e máximo.

A alíquota máxima do ISSQN é fixada pela Lei Complementar 116/03, em 5% para todos os serviços. Mesmo com regulamentos e leis dando base para a prestação pecuniária em moeda é visível que muitos municípios passam pela informalidade e incoerência no que se diz respeito à arrecadação do ISS. Pode-se verificar alguns problemas que ocorre na realidade dos municípios brasileiros.

No que se refere à cobrança do ISSQN, um dos principais problemas a ser enfrentado é certamente, o da “escassez de auditores fiscais qualificados, situação que, somada a um cadastro mobiliário pouco representativo e à inexistência de ferramentas computacionais de suporte ao trabalho inviabiliza o enfrentamento da evasão fiscal e a atualização cadastral” (AFONSO *et al.* 1998, p.26).

Segundo Batista (2000), “a multiplicação de impostos e contribuições, o aumento das suas alíquotas ou das suas bases de incidência tendem a gerar uma reação defensiva dos

agentes econômicos que, especialmente em períodos de retração da atividade econômica, fazem o possível para escapar da tributação”.

O consultor tributário, Roberto Tauil (2009) destaca algumas situações que são encontrados em relação ao ISSQN, como, “Há situações incontroláveis diante das premissas legais do ISS e da imensidão territorial do Brasil, mas, ao mesmo tempo, a tecnologia, quando surge, proporciona um enorme avanço de cultura e até de cidadania fiscal, a despertar um maior respeito nas relações entre os contribuintes e a administração fiscal do Município”.

A chamada inteligência fiscal inibe qualquer forma de tentativa de maquiagem fiscal e derruba os sonhos perversos do enriquecimento ilícito. Tais ferramentas já provocaram substanciais incrementos de receitas em diversos municípios, mas este aumento não pode ser considerado como surpreendente, porque, aos olhos dos mais atentos, sabia-se da existência de uma potencialidade de receita, porém, camuflada nas teias da sonegação (TAUIL, 2009).

A arrecadação do município é imposta com o objetivo de melhorias e crescimento da qualidade de vida para seus habitantes, visto que é imprescindível a arrecadação ser de forma justa tendo todos os mesmos direitos e deveres tributários, pois foi com esse propósito que foi instituída as leis tributarias.

### **2.3.2 Fato Gerador**

De acordo com a Lei Complementar nº 116/2003, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviços, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, que não seja de competência dos Estados, conforme listagem presente no Anexo da Lei Complementar nº116/2003, que enumera, aproximadamente, 230 serviços, divididos em 40 itens.

Segundo Sabbag (2009) alguns pontos não estão compreendidos no fato gerador do ISSQN como:

- a) a prestação de serviço a si próprio;
- b) a prestação de serviço decorrente de vínculo empregatício;
- c) a prestação de serviço por prestadores de trabalho avulso e por sócios ou administradores de Sociedade;
- d) a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (campo de incidência do ICMS - art. 155, II, CF);
- e) a prestação de serviços para o exterior (isenção heterônoma para o ISS, prevista no art. 156, § 3º, II, da CF e art. 2º, I, da LC 116/2003);
- f) a prestação de serviços pelo próprio poder público (imunidade — art. 150, VI, “a”, da CF).

A interpretação de que os Municípios só podem tributar os serviços que estão na lista, veiculada por lei complementar, tem inibido, em muito, a competência municipal em matéria de ISS, pois a exigência desse imposto, além dos serviços constantes da lista, esbarra na posição do Poder Judiciário que, salvo raríssimas exceções, tem dito que serviço não listado não pode ser tributado (MONTEIRO; QUINTANILHA; MACHADO, 2008).

### **2.3.3 Base de Cálculo**

Conforme expressa na Lei Complementar n. 116/03 no seu art. 7º, a base de cálculo é o preço do serviço. Sendo assim os serviços gratuitos não podem ser onerados pelo tributo do ISSQN.

Em alguns casos, em respeito ao princípio da não-cumulatividade, deve ser subtraído o valor da operação, em se tratando de serviços que envolvam fornecimento de mercadorias sujeito ao ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), o valor da mercadoria que serviu de base de cálculo para o imposto estadual, como na construção civil, que é permitido o abatimento do valor dos insumos.

Quando se tratar de serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, como nos casos de serviços prestados por profissionais liberais ou autônomos a base de cálculo não é o preço do serviço, mas sim um “valor de referência fixo anual”, como exemplifica, Sabbag (2009, p. 374) “se não se puder aferir o valor correspondente, como no caso dos serviços prestados por advogados, médicos ou dentistas, calcular-se-á o tributo a partir de um único valor pago periodicamente. Nesse caso, teremos um “ISS FIXO”, sendo impróprio falar em grandezas quantificadoras do fato gerador, como alíquota e a própria base de cálculo”.

Contudo, a base de cálculo do ISSQN é o valor atribuído ao serviço, ou seja, é o preço do serviço como regra geral. A construção civil é a única exceção, quanto à constituição da base de cálculo, pois requer uma análise minuciosa do fato gerador como também das deduções dos materiais empregados pelo prestador na realização das obras (SILVA, 2008).

### **2.3.4 Do Local da Incidência do ISSQN**

Art. 3º da lei Complementar nº116/2003 relata que, o serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador, ou na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o



imposto será devido no local (da instalação de andaimes, palcos, cobertura, execução de varrição, coleta, remoção, incineração destinação final do lixo, decoração, jardinagem, corte e poda de árvore, florestamento, reflorestamento, adubação e congêneres, armazenamento, depósito, carga, descarga, execução dos serviços de diversão, lazer entretenimento, etc.).

Segundo o Decreto-Lei nº 406/68, art. 12, considera-se local da prestação do serviço:

- a) Estabelecimento do prestador ou, na falta de estabelecimento, no domicílio do prestador;
- b) No caso de construção civil o local onde se efetuar a prestação.

O tomador de serviço, ou seja, a pessoa jurídica que contrata o serviço permanentemente em suas dependências, sendo que o serviço é contratado para ser prestado diariamente, todos os dias do mês, uma terceirização da atividade junto ao contratante, nesse caso, o ISSQN é devido no local da prestação do serviço.

Outro fator importante para a retenção do ISSQN é o de que deve haver previsão de retenção na Lei Tributária do Município em que foi prestado o serviço - caso não haja previsão não é devida a retenção.

### **2.3.5 Retenção do ISSQN**

A retenção do ISSQN será realizada nos serviços prestados em que o imposto seja devido no local de prestação do serviço, em conformidade com incisos de I ao XXII, artigo 3º LC 116/03 (relação específica), nos casos em que os serviços são prestados em local diferente (outro município) do estabelecimento prestador (sede, filial, escritório), desde que havendo previsão da retenção na lei municipal.

Na prática, a empresa prestadora de serviço deve manter cópia da Lei municipal de cada município em que presta serviço, objetivando conhecer a legislação específica para a emissão da Nota Fiscal com retenção ou não, um exemplo:

Na cidade de São Paulo, as empresas de outros municípios que lá prestam serviço, a empresa contratante fica na obrigação de reter o ISS e recolher para cidade de São Paulo, pois a cidade onde o serviço está sendo prestado é a cidade de São Paulo, é o chamado ISS retido na fonte.

Deve-se observar, se a retenção exigida pelo município está relacionada com os serviços constantes nos incisos I ao XXII, art.3º, LC 116/03, pois poderá pagar indevidamente o ISS na sede da empresa e o imposto ser devido no local de execução do serviço.

A empresa que contrata o serviço deve ficar atenta aos casos em que é obrigatória a retenção do ISSQN, a fim de acompanhar a legislação de seu município, pois mesmo que não faça a retenção é obrigada a efetuar o recolhimento do imposto com juros e multas.

Almeida (2007) discorre sobre o ISSQN analisando sua estrutura, aplicação além do local de recolhimento e da retenção do imposto, conforme sua pesquisa é relatado que “o ISSQN é cabível ao município do estabelecimento do prestador de serviço, ou caso não haja será o local de domicílio do prestador. No caso de construção civil, o imposto cabe ao município onde estiver localizado a obra.

A lei complementar n. 116/2003 cuidou desse contexto no item 7.02, da Lista de Serviços, que excetuou o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação de serviços, que fica sujeito ao ICMS. Alguns Municípios são adeptos a expressão 40/60, ou seja, 40% (quarenta por cento), a título de prestação de serviços e os 60% a título de material empregado, mas isso não é regra geral, existe a possibilidade das demonstrações do uso dos materiais através de planilhas comprovadas com notas fiscais, e muitas vezes o valor a tributar excede os 40% (quarenta por cento) (SILVA, 2008).

## 2.4 GUERRA FISCAL

Canalle e Freitas (2007, p. 1) em seu artigo “A Guerra Fiscal no Âmbito do ISS, tem como proposta central, pintar o cenário atual do ISS, sua definição, regras norteadoras, questionamentos e principais conflitos”. Ele discorre que “a guerra fiscal contaminou os Estados e Municípios Brasileiros, esta sendo travada uma verdadeira luta, ainda que por vezes de discutível legalidade”.

A expressão guerra fiscal teve origem nas constantes batalhas desempenhadas pelos governos, no oferecimento de benefícios de toda ordem, principalmente fiscais, no intuito de seu território ser o escolhido para a instalação das empresas. O ISS impacta a vida das organizações, pois é notório que, dentre os diversos fatores que oneram a vida de uma empresa está a tributação, fonte de permanente atenção e preocupação por parte dos empresários, administradores, sócios e acionistas de qualquer sociedade com fins econômicos (VIDMONTAS; NETO; SANCHES, 2004).

A disputa por investimentos acontece também nos municípios, que reduzem a alíquota do ISS e, em alguns casos, chegam a doar imóveis para a instalação das empresas, segundo Olenike *apud* Vidmontas; Neto; Sanches, (2004 p. 125) “muitos municípios, na sua legislação

tributária fixavam uma alíquota menor de ISSQN para determinados tipos de serviços, com o intuito e anseio de atrair novas empresas em seu território municipal, devido isso ocorria a chamada guerra fiscal”.

Os municípios vizinhos utilizavam o direito de poder diminuir a alíquota do imposto sobre os serviços, para atrair investimentos, consequentemente atraíam empresas que investiam e se instalavam nas cidades onde o tributo do ISSQN fosse menor e mais vantajoso.

Porém, respeitando o CTN, foram criados limites para a cobrança do Imposto Sobre Serviço com a intenção de acabar ou diminuir essa guerra fiscal. As alíquotas não podem ser inferiores a 2% (Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2.002) ou superiores a 5% (artigo 8º, II, LC nº 116/03). Portanto cada município tem sua legislação tributária municipal própria, destacando nela, as alíquotas da região que devem ser cobradas.

## 2.5 EFICIÊNCIA TRIBUTÁRIA

Segundo Pimentel (2009, p. 12), “No começo da década de 90 a modernização da administração pública promoveu mudanças importantes relacionadas à busca de eficiência enquanto o desemprego promoveu maior procura por serviço público (realizado por meio de concurso)”, uma vez que a estabilidade e segurança no emprego não eram encontradas em instituições privadas. Pimentel (2009) ainda discorre que:

Ainda que o ambiente fosse desfavorável para os funcionários públicos, que por muitas vezes eram identificados e vistos de maneira preconceituosa, pela ineficiência e a corrupção, o alto índice de desemprego na década de 90 promoveu uma crescente busca pelo emprego público, que era considerado mais estável e seguro, consequentemente teve uma melhoria na capacitação dos funcionários devido à qualificação para ser incluído nos concursos públicos.

A carreira profissional pública, sendo considerada uma carreira estável torna-se omissa e com isso problemas e erros deixam de ser reparados. Com relação à eficiência nas atividades públicas, não se pode comparar com a eficiência do serviço privado, pelo fato de que no serviço privado o funcionário (colaborador), tem constantemente contato com gerentes e diretores da empresa acompanhando e analisando suas atividades, com isso os funcionários não possuem tal “estabilidade” em seu trabalho, obrigando-se a fazer o seu melhor para continuar mantendo sua fonte de renda.

De acordo com França *apud* Pimentel (2009, p. 48), muitos estudos têm comparado à produtividade de organizações públicas e privadas, a maioria dos estudos relata que as

organizações públicas são menos produtivas que as organizações privadas, indicando que o setor público é mais ineficiente que o privado. “A ineficiência do setor público, no entanto pode ser explicada pelo fato de que o setor público não sofre pressão competitiva do mercado”. Apesar de ser conhecido frequentemente pelas corrupções e pela ineficiência, o Estado brasileiro, devido à reforma do Estado a descentralização e o implemento das políticas públicas, tem buscado ser mais eficiente, com as exigências das classes governamentais.

Afonso *et al* (1998) trás um entendimento sobre a conscientização dos gestores que estão despertando para os investimentos na modernização tributária, “A ideia do município não se interessar por investir na modernização tributária e fiscal já é coisa do passado, ações que visem o fortalecimento da sua capacidade de gasto, constituem, portanto, um importante passo em direção à consolidação e aperfeiçoamento do federalismo fiscal brasileiro”.

Segundo Martins e Nascimento (2001) a Lei de Responsabilidade Fiscal deixa claro que “os municípios têm que fazer sua área fazendária funcionar de forma competente e profissionalizada”, “Deve as prefeituras começar identificando suas potencialidades tributárias próprias, dando preferência à arrecadação do ISS, que é um tributo com efeitos sobre operações econômicas (serviços) para que se possa, eventualmente, abrandar a tributação sobre a propriedade imóvel (IPTU e ITBI), pois esta alcança os contribuintes”.

Conforme Afonso *et al* (1998), “Prefeito que não gosta de cobrar imposto é um tabu que esta caindo.” e os “investimentos públicos devem priorizar antes de tudo aqueles voltados para a modernização da gerência fiscal dos diferentes governos, em especial dos municipais”.

Ozaki e Biderman (2004) analisam alguns aspectos do regime de estimativa na arrecadação do ISSQN. Segundo Martins *apud* Ozaki e Biderman (2004, p. 5) “a estimativa é uma antevisão daquilo que será devido, uma forma de antecipação do imposto devido, principalmente quando não é possível estabelecer exatamente quanto é o valor do imposto”. Todavia, se o imposto realmente devido for inferior à estimativa, resulta em pagamento de imposto a maior, que deverá ser devolvido ou compensado pelo fisco. Se o imposto for pago a menor em função da estimativa feita, há necessidade de o contribuinte pagar a diferença.

Freitas (2008) em seu artigo, “Planejamento Tributário pela Ótica do Estado: dívida ativa nos municípios fluminenses, sua relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com o comportamento fiscal dos contribuintes”, trata dos interesses unicamente das entidades contribuintes, que depositam nos seus gestores a incumbência de otimização de seus patrimônios, entretanto, esse é um instrumental igualmente indispensável no repertório de

soluções a serem adotadas pelos gestores públicos, também responsáveis em gerir da melhor forma possível o patrimônio, neste caso, da sociedade.

Considerando a visão do gestor público sobre Planejamento Tributário, Freitas (2008, p. 26) destaca que:

É razoável considerar que, pelo fato de as duas óticas apresentadas representarem interesses distintos (lucro para as empresas, e bem-estar social para o Estado), ocorra uma verdadeira “guerra” de estratégias cada qual direcionada ao seu propósito específico, que é a otimização dos recursos segundo os interesses dos grupos aos quais representam. Assim, observa-se de um lado a avidez do fisco pelo aumento de sua arrecadação e, do outro, o contribuinte tentando, através da lei ou de suas lacunas, pagar o menor valor possível de sua carga tributária.

A administração pública é frequentemente negligenciada, como se não apresentasse as mesmas necessidades de modernização. No entanto os municípios brasileiros principalmente após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, que ajustou as despesas ao total das receitas arrecadadas, precisam mais do que nunca adequar-se, cortando custos e obtendo mais eficiência na arrecadação de impostos (AGNES, 2007).

Segundo Paixão (2011) em seu artigo Lei de Responsabilidade Fiscal – Impacto na Arrecadação Própria dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos trata dos impactos na arrecadação tributaria municipal com a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal, diz:

A LRF determina com muita propriedade medidas de planejamento, controle e monitoramento da receita, instituindo metas de combate à evasão e sonegação de tributos. A referida lei deixa claro que os municípios têm que fazer sua área fazendária funcionar de forma competente e profissionalizada. Deve as prefeituras começar identificando suas potencialidades tributárias próprias, dando preferência à arrecadação do ISS, que é um tributo com efeitos sobre operações econômicas (serviços) para que se possa, eventualmente, abrandar a tributação sobre a propriedade imóvel (IPTU e ITBI), pois esta alcança os contribuintes (PAIXÃO, 2011, P.45).

A melhoria da administração fazendária também importa para uma mudança na responsabilidade e controle social de um governo. Em outras palavras, “cobrar impostos da comunidade local, por menor que seja o seu peso relativo no orçamento da prefeitura, estimula maior atenção e fiscalização dos contribuintes sobre o orçamento local, o que implica o chamado controle social” (DURAN *apud* AFONSO *et al.* 1998).

O princípio da eficiência para ser efetivo necessita da participação e fiscalização de toda sociedade, a exigir qualidade e efetividade na prestação de serviços por parte da Administração Pública (CAMPOS; CRUZ; STAVIS, 2011).

## 2.6 PROCESSO DE ARRECADAÇÃO E REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

### 2.6.1 Processo de Arrecadação

Conforme prescrito no dicionário Ferreira (2013, p. 613) a definição da palavra Processo é “Método; sistema, modo de fazer uma coisa. Conjunto de atos por que se realiza uma operação qualquer. Sequencia contínua de fatos que apresentam certa unidade, ou que se reproduzem com certa regularidade; andamento, desenvolvimento”.

Levando para uma abordagem específica e embasada na definição do processo, anteriormente citado, o processo de arrecadação municipal compreende desde o fato gerador do imposto até o recebimento do mesmo. Devido isso, conhecer detalhadamente cada etapa sequencial se faz necessário para que o fato seja efetivamente consumado.

De acordo com Cruz (2007) Sem processo não há nenhuma possibilidade de qualquer tipo de negócio dar certo, sem processo não há como melhorar a maneira de fazer, perde-se a produtividade e a empresa paga um preço alto e desnecessário pela desorganização. Conforme seu estudo Cruz (2007, p. 101) relata ainda que a análise de um processo não é tarefa fácil, pois requer certo grau de experiência não só no processo como em diversas disciplinas que também estão presentes, existem algumas perguntas que são necessárias, para que o processo seja analisado, não se esquecendo de que as entrevistas, questionários e observações têm um papel fundamental, as perguntas que devem ser feitas são:

- a) Qual o motivo da existência de cada atividade que compões o processo?
- b) Há alguma atividade sem motivo aparente para existir?
- c) É possível eliminar alguma atividade?
- d) Existe alguma possibilidade de juntar varias atividades em uma única?
- e) É preciso criar atividade nova?

### 2.6.2 Representação Gráfica

A representação por gráfico de fluxo ou de processo pode-se entender todos aqueles que procuram representar, de maneira dinâmica e analítica, a sequencia lógica das fases, etapas ou passos de um trabalho desenvolvido em um escritório ou em uma área industrial, por meio de determinadas simbologias (convenções), caracterizando ainda seus agentes executores, portanto esses gráficos recebem genericamente a denominação de “fluxogramas”, que apresentam como finalidade de colocar em evidência a sequência lógica de um trabalho de modo que haja uma visão para a execução de suas fases dando assim as condições, caso seja necessário para que uma análise sobre as mesmas seja efetuada, com o intuito de

melhorar o método utilizado, racionalizando, com tal procedimento, recursos humanos e materiais (ROCHA, 1995). Sendo a técnica mais conhecida e mais utilizada nos estudos de rotina administrativas é comum que os fluxogramas sejam conhecidos por outros nomes como: gráfico de procedimentos, gráficos de processos, fluxo de pessoas e papéis, ou fluxo de documentos. O fluxograma procura apresentar a rotina passo a passo, ação por ação, toda ocorrência num processamento deve merecer o registro na folha de fluxograma (ARAÚJO, 2006). Segundo Rocha (1995) Os fluxogramas mostram o modo pela qual as coisas são feitas e realizadas não pelo qual o “chefe” diz aos funcionários que façam, portanto são como uma fotografia de uma situação real.

Os fluxogramas podem ser de formas diferentes, porém, os mais utilizados são:

**Tabela 1 - Técnicas de Representação Gráficas: principais tipos de fluxogramas.**

Fluxograma Sintético:	Nada mais é do que a representação de uma sequência dos vários passos ou de grupo de passos relativos a determinado processo. Porém não há outras informações, como títulos de cargos e unidades, pois este não é o objetivo.
Fluxograma Blocos:	Semelhante ao fluxograma sintético mas diferentemente essa técnica permite a representação do fluxo alternativo mostra de forma resumida o processo objeto de análise, ou seja, é possível estabelecer o processo positivo ou negativo, além de usar a simbologia, que facilita a leitura e interpretação do gráfico
Fluxograma Vertical	A demonstração do Fluxo é feita mediante a ligação de símbolos que já vêm pré-impressos na folha. Ao lado dos símbolos encontra-se a descrição dos passos e a unidade ou quem executa
Fluxograma de Procedimentos	Essa técnica exige bastante do seu elaborador por ser bem mais complexa que os outros fluxogramas, a uma razoável semelhança com o fluxograma esqueleto e o fluxograma de blocos, mas não é um gráfico que apenas representa a rotina, pelo contrário, é possível um detalhamento bem maior.
Fluxograma Esqueleto	É utilizada quando há consultas em documentos não estritamente ligados à rotina. Não é portanto indicado para os iniciantes na área, já que exige certa rapidez no estudo do gráfico, pois isso é fundamental quando há uma reunião para discussão do objeto de estudo.
Fluxograma horizontal	É a técnica aplicada com certa frequência pelos profissionais de O&M, pois trata-se de uma folha impressa que pode ser encontrada nas papelarias que trabalham com artigos para desenho. E tem a simplicidade como sua maior característica, pois a identificação do trajeto é imediata.

Fonte: Araújo (2006).

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa está inserida na área das ciências sociais e trata-se de um estudo descritivo. As pesquisas descritivas com base nos objetivos mais gerais, “têm como objetivo a descrição das características de determinada população”. Podem identificar as características de um grupo, também se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, etc. (GIL, 2010, p. 27).

Assim, o objetivo desse estudo será descrever o processo de arrecadação no município de Ji-paraná-RO. De acordo com os métodos empregados, trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental. Para tanto, foi realizado uma revisão bibliográfica em periódicos, revistas anais de congressos, etc., para levantar antecedentes do tema.

A aplicação da pesquisa aconteceu no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia no primeiro semestre de 2013 e o critério de escolha deu-se pelo fato, do mesmo estar localizado na região central do estado e contar com a segunda maior densidade demográfica da região, atrás somente de Porto Velho que é a capital do Estado e também pela acessibilidade à prefeitura, aumentando viabilidade da pesquisa.

Para atingir os objetivos deste trabalho foi desenvolvido um roteiro semi-estruturado, dividido pelos seguintes temas: I. Do Imposto, II. Da Fiscalização, III. Do Sistema, Utilizado pela Prefeitura e IV. Do Processo de Arrecadação, no qual foi realizado entrevistas com servidores municipais, mais precisamente com o Fiscal Fazendário Sr.º Marcelo Vagner da Silva e com o Diretor de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda o Sr.º Nondas Macedo.

Os resultados obtidos foram organizados conforme a necessidade do objeto de estudo, tendo como subsídio, para apoio de compreensão e análise, o material da literatura consolidando as informações. Para fins de obtenção dos resultados, os dados foram analisados a partir do agrupamento das informações referente às variáveis do processo de arrecadação municipal.

A apuração dos resultados está demonstrada por meio de figuras que foram organizados conforme os objetivos do estudo para maior entendimento, O fluxograma escolhido foi o fluxograma de blocos, porque entende-se que ele consegue representar simplificada, as etapas do processo, como se relacionam e o local onde são realizadas, oferecendo um melhor entendimento do objeto da pesquisa.



## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados do estudo, tendo como instrumento o código tributário do município - CTM e um roteiro elaborado que foi aplicado para se obter um levantamento de como funciona o processo de arrecadação do ISSQN em Ji-Paraná. Pretende-se, neste capítulo, cumprir os objetivos propostos para este estudo.

### 4.1 A ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM JI-PARANÁ

Realizado um comparativo da arrecadação tributária municipal no período de 2010 a 2012, na qual foi obtida uma soma das receitas tributárias separadamente, com a finalidade de apresentar a proporção de cada imposto nas receitas do município, pôde-se concluir que o ISSQN é o principal imposto municipal, contando com um somatório da receita de R\$31.923.535,47 da arrecadação tributária enquanto que o IPTU ficou com R\$7.551.041,24 e o ITBI R\$5.682.410,53, onde cada um está representado na figura 1:

**Figura 1** – Receitas Tributárias Municipal no Período de 2010 a 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados retirados do Portal Transparência da Prefeitura de Ji-Paraná (2013).

Verifica-se que o ISSQN é o tributo que mais se arrecada no município, contando com 71% da arrecadação municipal contra 29% divididos entre IPTU e ITBI, um índice de extrema importância para verificar a utilidade do imposto no município.

A arrecadação do ISSQN em Ji-Paraná está normatizada pela Lei 1139/01 do código tributário municipal – CTM, que no seu art. 1º apresenta as disposições gerais CTM.

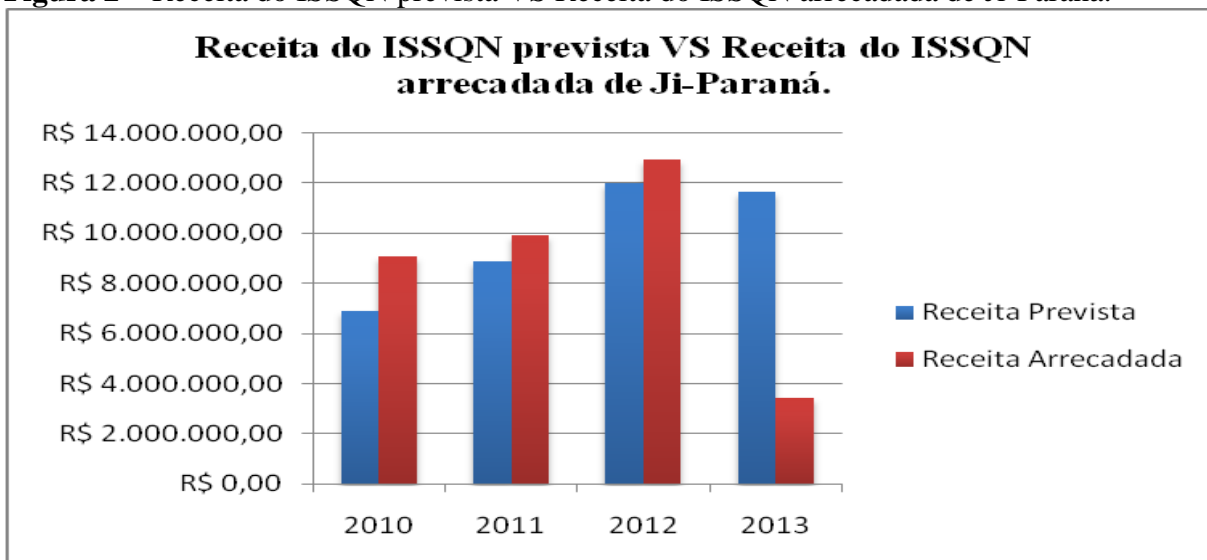
Art. 1º Código trata do Sistema Tributário Municipal, dispondo sobre os fatos geradores, os contribuintes, as bases de cálculo, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança, a fiscalização e o recolhimento de tributos municipais, estabelecendo normas de direito a eles pertinentes, disciplinando a aplicação de penalidades, a concessão de isenção as reclamações e os recursos, definindo as obrigações acessórias e as responsabilidades dos contribuintes.

Em Ji-paraná a própria prefeitura é quem se responsabiliza pela fiscalização do ISSQN no município, não existindo terceirização do serviço de arrecadação como visto em alguns municípios. O setor de fiscalização tributária conta com um corpo técnico de 18 fiscais, número esse que aos olhos da secretaria fazendária é essencial para atender com eficiência a fiscalização do município. Pois em conjunto com outras áreas a fiscalização tributária é de grande importância para os cofres do município.

As alíquotas fixadas por serviços constante na lista no art. 32 do CTM são aleatoriamente de outros municípios do Estado, não existindo acordo firmado entre eles ou seja, a fixação das alíquotas são a critério de cada município, contudo, respeitando os limites pautado pela LC 116/03.

A receita prevista com o ISSQN no município é feita por meio de um cruzamento de dados da arrecadação dos anos anteriores para obtenção de uma média que servirá de base para a previsão da receita do imposto, conforme figura 2.

**Figura 2** – Receita do ISSQN prevista VS Receita do ISSQN arrecadada de Ji-Paraná.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados retirados do Portal Transparência da Prefeitura de Ji-Paraná (2013).

A figura 2 mostra que a arrecadação vem superando a previsão da receita nos últimos anos, fato esse que é resultado de um processo que trabalha em conjunto com as expectativas fixadas.

As formas de cálculo do ISSQN para os profissionais liberais e autônomos prestadores de serviços são fixadas da seguinte forma: Nível Superior R\$ 600,00 Nível Médio R\$ 400,00, Nível Básico R\$ 200,00 e por pessoas físicas equiparadas à empresa, com a alíquota de 5% sobre o valor da prestação de serviços, valor este fixado para pagamento anual (Art. 38 Lei 1139/01 do CTM).

Em alguns casos o município trabalha no regime de estimativa de ISSQN, como nos casos em que são empresas de difícil controle ou fiscalização, como nas bicicletarias, salões de beleza, *lan houses*, etc., onde é feito um levantamento das despesas, da localização e do movimento, para ter uma base para estimar um valor de ISSQN, conforme o art. 60 do CTM:

§ 3º – A autoridade competente para fixar a estimativa levará em consideração, conforme o caso:

I – O tempo de duração e a natureza do acontecimento ou da atividade.

II – O preço corrente dos serviços;

III – O volume de receitas em períodos anteriores e sua projeção para os períodos seguintes, podendo observar outros contribuintes de idêntica atividade;

IV – A localização do estabelecimento.

Contudo, o próprio fiscal é quem notifica o contribuinte para o pagamento, o mesmo faz a estimativa por um valor anual, no qual será dividido em prestações para pagamento durante o ano, como também o prazo de duração do enquadramento da empresa. A não concordância com o valor fixado pelo fiscal, o prestador poderá recorrer junto à prefeitura municipal ou entrar com uma ação judicial.

Conforme o art. 63 do CTM (2001), o contribuinte terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação do enquadramento, para apresentar, por escrito o pedido de revisão quanto ao valor do imposto fixado.

Diante as entrevistas um fato relevante que foi observado, conforme o fiscal fazendário Sr. Marcelo Vagner da Silva, este modo de arrecadação feita por ISSQN estimado vem diminuindo gradativamente, com o advento do MEI – Micro Empreendedor Individual, que se trata de uma ação do governo federal para legalizar o pequeno empreendedor, no qual criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal, possa se tornar um MEI legalizado.

Nos pagamentos do ISSQN realizados à vista, pôde-se constatar que o município de Ji-Paraná não oferece desconto algum ao contribuinte, porém, segundo Sr. Marcelo, em contrapartida o contribuinte poderá parcelar seu debito fiscal em até 18 vezes, dependendo do valor da dívida, geralmente nos valores pequenos pede-se que a parcela seja maior que R\$ 10,00 (Dez Reais). Conforme o Sr. Marcelo, as instituições financeiras credenciadas a receber

os impostos municipais são o Banco do Brasil - BB, o Banco de Desenvolvimento da Amazônia - BASA e a Caixa Econômica Federal – CEF.

Conforme art. 86 do CTM (2001) o contribuinte que deixar de cumprir as obrigações tributárias relativas ao ISSQN, conforme estabelecido em lei, fica sujeito à multa e/ou regime especial de fiscalização, de imposição isolada ou cumulativa. Sendo assim, as empresas que estão em débito com o município em relação ao ISSQN são notificadas para a realização do pagamento com prazo estabelecido sob pena de execução fiscal e inclusão negativa junto ao cadastro informativo municipal – CADIN, que possui função de registrar registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da administração pública municipal.

Ao se instalarem no município de Ji-Paraná, as empresas precisam estar em dia com a situação documental e fiscal para a liberação de funcionamento e obtenção de alvarás que autorizará o exercício da atividade no território municipal. Juntamente com o cadastro da empresa na prefeitura ela responderá se o ramo de atuação refere-se ou não como prestadora de serviços. Após efetuar o cadastramento na prefeitura, e constatar que se trata de uma prestadora de serviços, a empresa automaticamente em conformidade com o art. 55 da lei 1139/01 do código tributário municipal (CTM, 2001), estará obrigada a emitir declaração mensal referente aos serviços prestados, sendo esta intitulada como: Demonstração Mensal de Serviço - DMS, ou nos casos que não tiver movimentação, a Declaração de Ausência de Movimentação.

Como penalidade pela não demonstração dessas movimentações, acarretará multa de R\$100,00 por cada mês conforme expressa no §7 do art. 55 do CTM. Caso haja alguma empresa que não efetuou o cadastro, o fiscal Municipal em sua rotina poderá fazer o cadastro *in loco* ou autuar a empresa/prestador para que se dirija a prefeitura e realize o cadastro. Atualmente Ji-Paraná consta com 8.272 empresas/prestadoras de serviços cadastrados e ativos em seu sistema.

Nos casos em que os documentos fiscais não forem apresentados à autoridade fiscal, poderá essa autoridade lavrar um auto de infração, pela não entrega de documentos fiscais, essa infração, deverá ser regulada por lei, em regra sempre consta no Código tributário Municipal (SILVA 2008). No CTM (2001) do município de Ji-Paraná está previsto os acréscimos e penalidades no seus artigos 86 ao 88.

Os documentos fiscais devem ficar no estabelecimento a disposição da fiscalização, conforme diz o art. 66 do CTM(2001):

**Art. 66.** Os livros, as notas fiscais e demais documentos fiscais devem ser mantidos nos estabelecimentos, à disposição da fiscalização, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

**Parágrafo único.** Todo e qualquer documento que der origem à nota fiscal de prestação de serviço deve ser mantido à disposição da fiscalização pelo mesmo prazo estipulado no *caput*.

No que se refere a programas de incentivos, pôde-se observar que a gestão do município já investiu em propagandas de incentivos e benefícios em outros períodos, no qual tinha a finalidade de motivar o contribuinte ao pagamento do ISSQN. Porém, essa prática não existe atualmente.

Através das entrevistas realizadas, com relação ao sistema utilizado pelo município, foi descoberto que é utilizado um sistema informatizado de ISSQN, que atende de forma simples, com justiça e responsabilidade política. Porém, ainda não possui sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e. Existe um sistema que está sendo implantado, no qual consiste na impressão de guias de ISSQN, onde o prestador poderá utilizar a internet e retirar uma segunda via para pagamento do imposto que já foi apurado, lançado pela prefeitura e disponibilizado para o pagamento, entretanto ainda não está em funcionamento.

O crédito tributário da prefeitura é extinto ou perdem o direito de recebimento nos seguintes casos conforme o art. 303 do CTM (2001).

**Art. 303.** Extinguem o crédito tributário:

**I** - o pagamento;

**II** - a compensação;

**III** - a transação;

**IV** - remissão;

**V** - a prescrição e a decadência;

**VI** - a conversão de depósito em renda;

**VII** - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 290 e seus §§ 1º e 4º;

**VIII** - a consignação em pagamento;

**IX** - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

**X** - a decisão judicial passada em julgado.

**XI** - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Já nos casos de exclusão, os créditos tributários, somente poderá ser excluídos por duas formas, sendo elas por isenção ou anistia (ART. 321 do CTM 2001).

#### 4.2 O PROCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ISSQN EM JI-PARANÁ

A Secretaria Municipal Fazendária do Município – SEMFAZ concernente ao ISSQN, é dividida em dois setores, onde um é a Gerência Geral de Arrecadação – GGA, responsável

pela parte burocrática da arrecadação municipal e o outro é a Gerência Geral de Fiscalização, que compete à fiscalização do município e estão diretamente ligadas a contabilidade da prefeitura municipal.

Apresenta-se a seguir a como está organizado o sistema fazendário municipal por meio do fluxograma, figura 3.

**Figura 3** – Fluxograma da Secretaria da Fazenda de Ji-Paraná (2013)



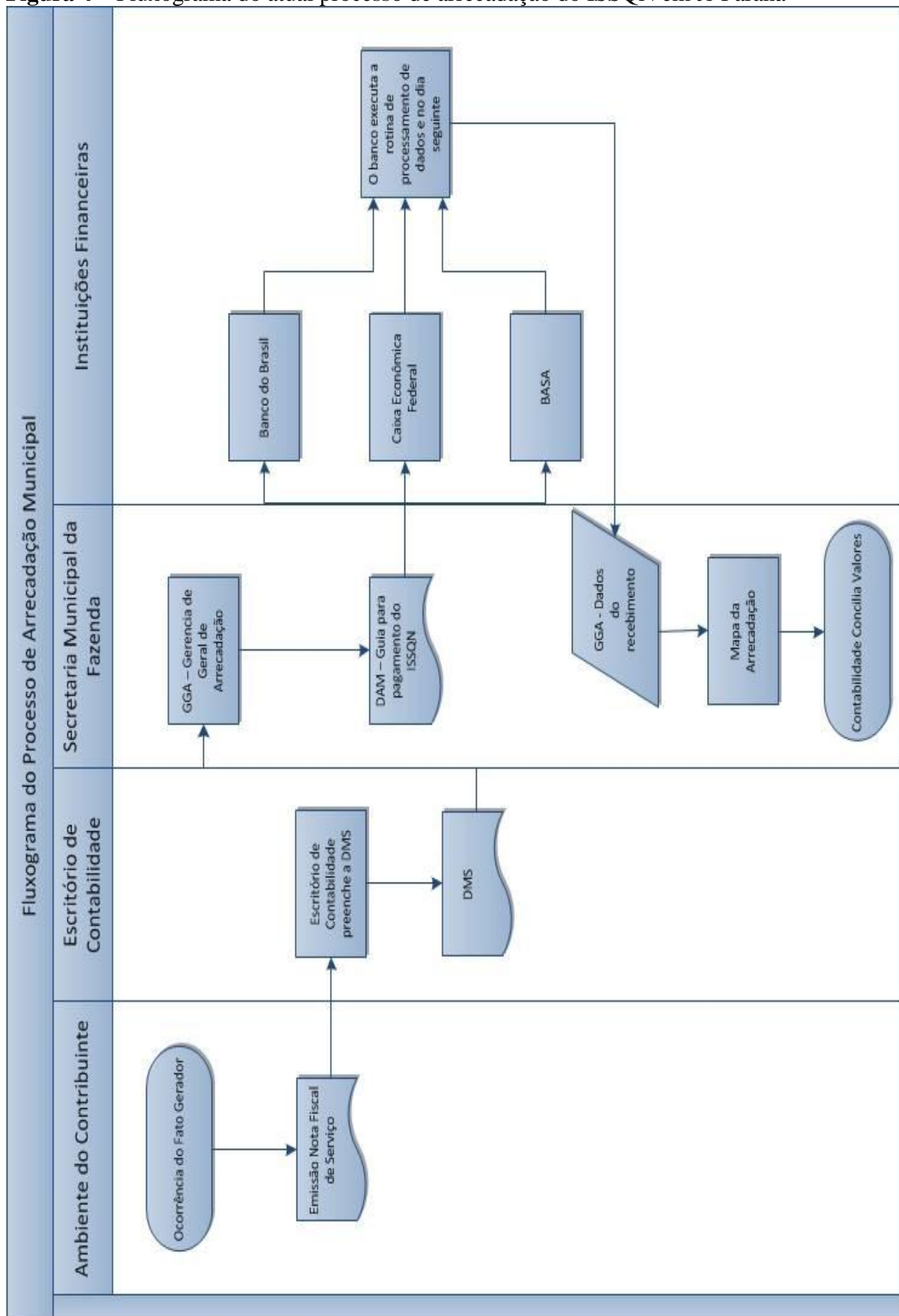
Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Após a demonstração de como está arquitetado a secretaria municipal da fazenda - SEMFAZ de Ji-Paraná, O fluxograma a seguir detalha-se, especificamente sobre o setor do ISSQN, que é o principal objetivo da pesquisa, destacando seu processo de arrecadação que é iniciado no fato gerador e encerrado no seu recebimento. O processo de arrecadação do ISSQN em Ji-Paraná funciona da seguinte maneira:

Em regra geral na ocorrência do fato gerador o prestador emite a nota fiscal de serviços e envia mensalmente para o escritório de contabilidade, onde o contador recebe as notas fiscais de serviços prestados e utilizam a Legislação tributária municipal para saber qual a alíquota pertinente ao tipo de serviço prestado, tendo base para preencher e calcular a DMS, apurando assim, o valor do imposto que deverá ser pago. Os escritórios encaminham a DMS preenchida com os números das notas fiscais, valores e alíquotas, à Gerência Geral de Arrecadação – GGA na Secretaria Municipal da Fazenda, para que seja verificado o correto preenchimento do documento e emitir guia para pagamento, junto às instituições financeiras. Estas, porém, após a compensação dos valores envia dados do processamento novamente para a GGA que por sua vez concilia as informações incluindo no mapa da arrecadação que fica a disposição da contabilidade que faz a conciliação dos valores.

Conforme exemplificado no contexto acima a seguir está exposto um fluxograma contendo as etapas do atual processo de arrecadação do ISSQN em Ji-Paraná, figura 4.

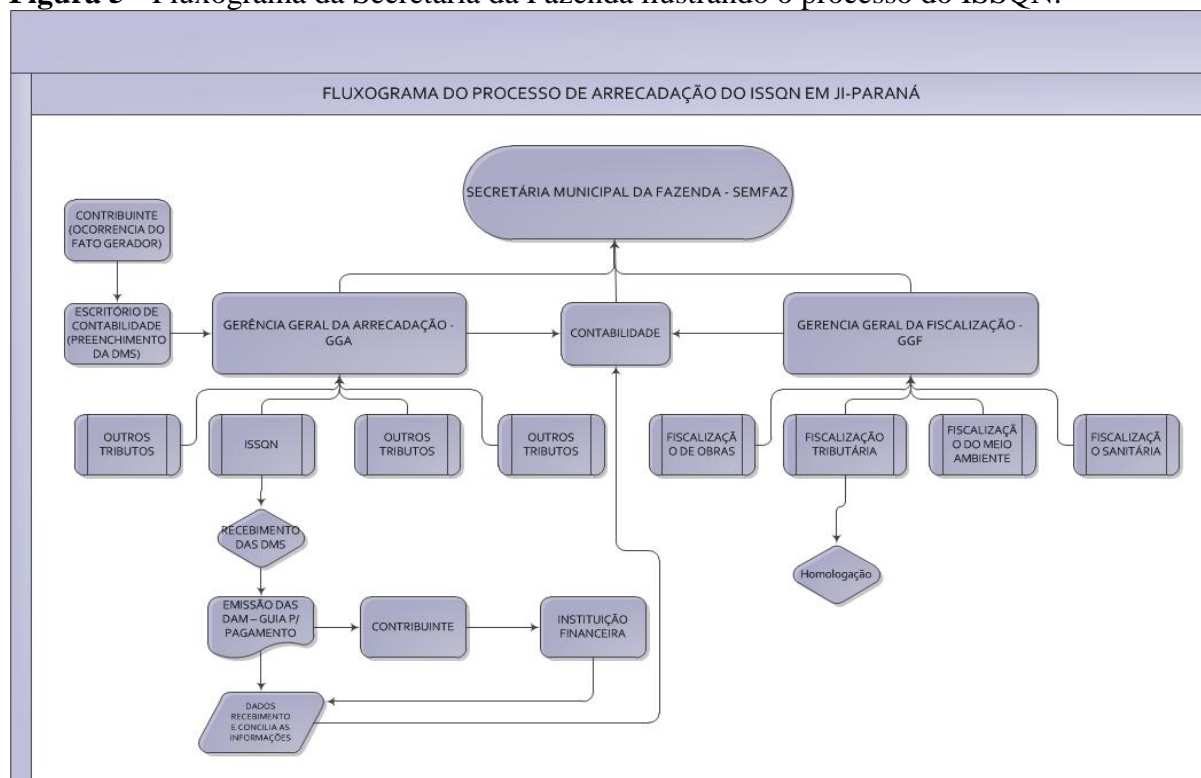
**Figura 4** – Fluxograma do atual processo de arrecadação do ISSQN em Ji-Paraná



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Realizado a junção dos gráficos apresenta-se a forma completa do sistema, figura 5.

**Figura 5** - Fluxograma da Secretaria da Fazenda ilustrando o processo do ISSQN.



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo central investigar o processo de arrecadação no município de Ji-Paraná-RO com vistas a sugestões para melhorias assim, corrobora-se com Cruz (2007, p. 101) ao declarar que sugerir melhorias de determinado processo é papel funcional de um analista de processos, “... o papel do analista de processo é fascinante... tem como principal objetivo de atuação do cargo a criação e implantação e melhoria do processo que vai suportar o negócio, também tem o poder a determinar vida ou morte de cada atividade que forma o processo”.

A coleta de dados para apresentação das etapas do processo foi realizada mediante entrevistas, com aplicação de um roteiro semi-estruturado, dando estrutura e base para a construção de um fluxograma de blocos.

Após construção do processo mediante fluxograma, destacam-se os principais pontos que podem ser melhorados.

Percebe-se que poucas estratégias estão sendo utilizadas para promover o aumento das receitas, mas em conformidade com o diretor da secretaria da fazenda municipal de Ji-Paraná



Sr. Nondas, os gestores estão motivados a implantar ações de melhorias no sistema de arrecadação, onde foi constatado o principal objetivo é uma inclusão de outro sistema que ajude na rapidez e eficácia da arrecadação.

Conforme experiência bem sucedida em alguns municípios do Brasil pode-se oferecer formas de incentivos fiscais, prêmios, sorteios, para motivar o contribuinte realizar o pagamento do ISSQN um grande exemplo encontrado foi a prefeitura de Ribeirão Preto que possui um sistema que o usuário, na hora do pagamento pelo serviço, solicita a nota fiscal e inclui seu CPF nela, consequentemente o contribuinte estará acumulando pontos que poderão ser trocados por dinheiro, abatimento no IPTU ou para o repasse a entidades assistenciais e também concorrerá sorteios de prêmios durante o ano.

Diante o levantamento de como funciona o processo de arrecadação do ISSQN de Ji-Paraná, constata-se que não possui o serviço de NFS-e, utilizada já a nível nacional com a finalidade de impulsionar a arrecadação com a otimização do sistema e controle fiscal. Sugere-se a inclusão do sistema, pois com os avanços tecnológicos em ascensão é preciso que utilize essas ferramentas a favor do município. Outro fato observado é a não existência um sistema eletrônico para preenchimento da DMS, uma vez que o contador precisa que ir até SEMFAZ levar a DMS preenchida para que seja retirada a guia para pagamento. Sugere-se a inclusão de sistema integrado *online* para preenchimento da DMS e impressão da guia de pagamento, em que o contador diretamente do escritório possa dar entrada com a DMS e retirar a guia de pagamento através da internet sem precisar se deslocar até a prefeitura, tornando o sistema mais rápido, ágil e fácil.

Pôde-se verificar, também, que o município trabalha atualmente com três instituições financeiras as quais estão autorizadas a receber os impostos e nenhuma dessas instituições oferecem outra forma de pagamento a não ser o pagamento em Boletos Bancários.

Entende-se que os bancos são parceiros que auxiliam na cobrança. Sugere-se realizar parceria com outras instituições financeiras no seu processo de arrecadação e novas formas de pagamento como débito em conta bancária, etc., no sentido de aumentar as opções das formas de pagamento para o contribuinte.

Por fim, durante a pesquisa percebe-se que o município tem investido pouco no seu sistema de arrecadação e em seu corpo técnico, deixando que práticas arcaicas permaneçam em seu processo. Portanto, conclui-se que para que haja maior eficiência na arrecadação e inovação no processo de ISSQN do município de Ji-paraná, as principais melhorias a serem implantadas, sugeridas nesse estudo, são de ordem tecnológica.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, Demétrius Castelões. **Efeitos da receita orçamentária municipal sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): uma análise da realidade brasileira na década de 1990**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Escola de Pós-Graduação em Economia Mestrado em Finanças e Economia Empresarial, 2008.

AFONSO, Jose Roberto Rodrigues; ARAUJO, Erika Amorim. **A Capacidade de Arrecadação dos Municípios Brasileiros: Arrecadação Própria e Receita Disponível**. Brasília: Escola de Administração Fazendária – ESAF, 2001.

AFONSO, Jose Roberto Rodrigues; CORREIA, Cristovão Anacleto; ARAUJO, Erika Amorim; RAIMUNDO, Julio Cesar Maciel; DAVID, Mauricio Dias; SANTOS, Rômulo Martins. **Municípios, Arrecadação e Administração Tributária: Quebrando Tabus**. Rio de Janeiro: BNDS, 1998 p.26.

AGNES, Daniela. **Melhorias no Processo de Arrecadação de ITBI, IPTU e ISSQN da Prefeitura de Porto Alegre**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Administração, 2007.

ALMEIDA, Sandro Sorprezo. **Imposto Sobre Serviço – ISS e o Local de Recolhimento**. Rolândia-PR: CESD, 2007.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, Sistemas e Métodos: e as Tecnologias de Gestão Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira Junior, **Fiscalização Tributária no Brasil, uma Perspectiva Macroeconômica**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2000.

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 3. Ed. São Paulo: Lejus, 1998. P. 265.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 dez. 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 mar. 1964.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar 116 de 31 de Julho de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm) > Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei Nº 406 - De 31 De Dezembro De 1968 - Dou De 31/12/68**. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1968/406.htm> > Acesso em: 29 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2.002**.

CAMPOS, Ildinei Rogério; CRUZ, Juliana Gordiano; STAVIS, Alexandre Augusto. **Origens do ISS em Londrina: Análise do Crescimento da Arrecadação entre 2009 e 2010.** Londrina: INESUL, 2011.

CANALLE, Valéria; FREITAS, José Adelino. **A Guerra Fiscal No Âmbito do ISS.** Londrina: II ENET, 2007.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas Organização & Métodos: Estudo Integrado das Novas Tecnologias de Informação.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CTM, Código Tributário Municipal de Ji-Paraná – (CTM). **Lei Municipal 1139/01.** Ji-Paraná: 2001.

CTN, Código Tributário Nacional – (CTN). **Lei 5172/66.** Brasília, 1966.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: Dicionário da Língua Portuguesa.** 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010 p. 613.

FREITAS, Ricardo Lima. **Planejamento Tributário pela Ótica do Estado: dívida ativa nos municípios fluminenses, sua relação com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com o comportamento fiscal dos contribuintes.** Rio de Janeiro: Tese Mestrado UERJ, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Silma Martins; GOMES, Sílvia Martins. **O ISSQN na Prestação de Serviço Executada Fora do Domicílio do Prestador: Onde é Devido o Tributo?** Governador Valadares: Universidade Vale do Rio Doce Pós-Graduação Lato Sensu – Direito Tributário, 2008.

GUEDES, Kelly Pereira; GASPARINI, Carlos Eduardo. **Descentralização Fiscal e Tamanho do Governo no Brasil.** Brasília: Universidade Católica de Brasília – UCB, 2007.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Marlene Terezinha Loureiro. **Aplicação dos Recursos Arrecadados Através do ISSQN: Um Estudo de Caso no Município de Juina-MT.** Juina-MT: Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena - AJES, 2009.

MARTINS, Ives Gandra da Silva Martins; NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal.** São Paulo: Saraiva, 2001.

MONTEIRO, Andréa S. de Oliveira; QUINTANILHA, Isabela Castilho; MACHADO, Pedro Gabriel H. Almeida. **ISS: A Função da Lei Complementar 116/03 e a Locação de Bens e Cessão de Direitos Trazidos Pela Lista Anexa.** Londrina: Revista de Direito Público, 2008.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Müzell. **Desdobrando o Orçamento Municipal.** Porto Alegre: Cidade - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, 2009.

OZAKI, Marcos Takao; BIDERMAN, Ciro. **A importância do regime de estimativa de ISS para a arrecadação tributária dos municípios brasileiros.** Curitiba. Rev Adm. Contemp. V8 2004.

PAIXÃO, Carmen Vessozi. **Lei de Responsabilidade Fiscal – Impacto na Arrecadação Própria dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos**. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2011.

PIMENTEL, Julio César dos Santos. **Eficiência Tributária: um estudo do desempenho das regiões fiscais da Receita Federal do Brasil na arrecadação de imposto de renda entre 1995 e 2006**. Ribeirão Preto: Dissertação de Mestrado/USP, 2009.

ROCHA, Luis Oswaldo Leal Da. **Organização e Método: Uma Abordagem Prática**. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário**. 9. Ed. São Paulo: Premier Máxima, 2008.

\_\_\_\_\_. **Elementos do direito, direito tributário**, 10 ed. São Paulo: Premier máxima, p. 371 2009.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. **Curso de especialização em direito tributário: estudos analíticos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, Marcelo Vagner. **O Procedimento de Recuperação do ISSQN**. Ji-Paraná-RO: Universidade do Amazonas – UNAMA, Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes – LFG, Fundação Escola Superior do Ministério Público de Rondônia – FESMP, 2008.

SCHONTAG, Rodolfo. **Os Reflexos Do Princípio Da Eficiência Na Gestão Tributária – Imposto Sobre Serviços (ISSQN)**. (2002) Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7023&revista\\_caderno=26](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7023&revista_caderno=26) Acesso em: 18 abr. 2012.

TAUIL, Roberto. **Na mesa Com fiscais de ISS**. Rio de Janeiro: Portal de Administração Tributária Municipal 2009. Disponível em: <http://www.consultormunicipal.adv.br/novo/> Acesso em 11 abr. 2012.

VIDMONTAS, Amanda Scandiuizzi; NETO, Humberto Reynaldo; SANCHEZ, Vivian Lirancos. **Consequências da Guerra Fiscal Entre os Municípios da Região Metropolitana de São Paulo na Arrecadação do ISS**. São Paulo: Mackenzie, 2004. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/viewFile/790/325> Acesso em: 20 jul. 2012.

## APENDICE A

### Instrumento de Levantamento de Dados.

#### ❖ DO IMPOSTO

**1- Qual a principal fonte de Receita Tributária Municipal do município?**

( ) ISSQN    ( ) ITBI    ( ) IPTU

**2- Quem é responsável para realizar arrecadação do ISSQN?**

( ) A Própria Prefeitura.

( ) Empresa Terceirizada Credenciada pela Prefeitura.

( ) Outros

**3- Existe um setor voltado somente para o ISSQN na prefeitura?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Sim, mas em conjunto com outros impostos municipais.

**4- É feito um cadastro das empresas e prestadores de serviços a fim de controlar a fiscalização do ISSQN?**

( ) Sim

( ) Não

**Se sim quando é feito o cadastro dessas empresas e prestadores de serviços?**

( ) Mensalmente

( ) Bimestralmente

( ) Trimestralmente

( ) Semestralmente

( ) Anualmente

( ) Outros:

**5- Quantas empresas e prestadores de serviços existem cadastrados no município?**

**6- As alíquotas fixadas por serviços, constante na Lei Tributária do município, são semelhantes as demais do estado? Existe um acordo entre os municípios em relação as alíquotas do ISSQN? Quem define a alíquota dos serviços a ser cobrado?**

**7- Como é feita a previsão da receita com o ISSQN?**

**8- Como é feito o calculo do ISSQN para os profissionais liberais como: (contadores, dentistas, médicos, advogados etc..)?**

**9- O município trabalha no regime de estimativa de ISSQN com algumas empresas?**

( ) Sim

( ) Não

**Se positivo, são empresas de quais ramos?**

**10- Como o contribuinte prestador recebe as guias para pagamento do ISSQN estimado?**

( ) Pelos Correios

( ) Por um funcionário da prefeitura que é responsável para entregar guias

( ) O contribuinte é solicitado a comparecer à prefeitura

( ) Outros:

**11- O contribuinte tem desconto ao efetuar o pagamento do ISSQN à vista?**

( ) Sim.

( ) Não

Se sim qual o desconto?

**12- Qual instituição financeira pode receber esse imposto? Existem outras instituições conveniadas?**

( ) Banco do Brasil ( ) Caixa Econômica Federal

( ) Itaú ( ) Bradesco

( ) Sicoob ( ) Ji-Cred

( ) HSBC ( ) Outros

**13- Qual o comportamento da prefeitura em relação às empresas que estão em débito com o ISSQN no município?**

**14- O contribuinte pode parcelar os débitos relativos ao ISSQN?**

( ) Sim ( ) Não

Se positivo pode parcelar de que forma?

( ) em até 3x

( ) em até 6x

( ) em até 12x

( ) Outros:\_\_\_\_\_

**15- A prefeitura tem investido em propagandas de incentivos e benefícios ao pagamento do ISSQN ou em alguma outra forma de motivar e conscientizar as pessoas da importância deste imposto para o município?**

( ) Sim

( ) Não

( ) Já foi investido, mas atualmente não.

**❖ DA FISCALIZAÇÃO**

**16- Quantos “fiscais” o município tem a disposição para realizar a fiscalização do ISSQN? Em sua opinião é a quantidade adequada considerando o tamanho do município? Se não qual seria a quantidade ideal?**

**17- Qual a maior dificuldade observadas pelos fiscais em relação a cobrança do ISSQN?**

( ) Poucos Fiscais atuando na fiscalização.

( ) A prefeitura não tem um sistema que auxilia no controle da fiscalização.

( ) Não existe uma rotina sistematizada de fiscalização

( ) Outros:

**18- A prefeitura promove algum tipo de treinamento como ações estratégicas, cursos relativos ao ISSQN ou Arrecadação Municipal como um todo à seu corpo técnico?**

( ) Não, nunca

( ) Sim, frequentemente

( ) Sim, raramente

**❖ DO SISTEMA UTILIZADO PELA PREFEITURA:**

**19- Existe um sistema de controle informatizado em relação ao ISSQN?**

( ) sim

( ) não

**Se a resposta anterior for positiva, esse sistema informatizado utilizado pela prefeitura para controlar a arrecadação do ISSQN atende de forma simples, eficiente e, sobretudo com justiça e responsabilidade política?**

- ☐ Sim  
☐ Não  
☐ Sim, mas precisa de alguns reparos

**Se negativo, qual é o principal motivo?**

- ☐ O sistema é antigo, lento e é falho em algumas operações.  
☐ Muito complicado e não atende de forma sincronizada as operações.  
☐ Não é seguro e nem confiável  
☐ Outros:

**20- A prefeitura utiliza o sistema de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços – NFE-s?**

- ☐ Sim.  
☐ Não.

**Se positivo isso teve significativa importância na arrecadação do ISSQN no município?**

- ☐ Sim                      ☐ Não

**Se negativo, por que não utiliza?**

- ☐ Porque não há interesse da prefeitura.  
☐ Porque estão passando por um processo de reorganização e reestruturação.  
☐ Porque não é necessário, pois o sistema que utilizamos supre todas as necessidades.  
☐ Outros:

**21- A prefeitura utiliza sistema de impressão de guia de ISSQN eletrônico?**

- ☐ Sim                      ☐ Não

**Se negativo, como o contribuinte gera o boleto para pagamento do ISSQN?**

- ☐ ele tem que se deslocar até a prefeitura para a emissão do boleto  
☐ ele tem que ir à prefeitura solicitar e buscar no dia seguinte  
☐ ele paga diretamente na prefeitura não sendo necessário boleto bancário  
☐ Outros:

### **DO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO**

**22- O processo de arrecadação municipal com o ISSQN atende com eficiência as expectativas dos gestores?**

- ☐ Sim                      ☐ Não

**23- A conciliação do pagamento do contribuinte com o débito fiscal no processo do município é realizada por quanto tempo?**

- ☐ No mesmo dia do pagamento  
☐ No dia seguinte ao pagamento  
☐ Após o pagamento mais 1 dia  
☐ Após o pagamento mais 2 dias  
☐ Três dias, devido o processo passar por varias etapas.  
☐ Outros:

**24- Como você considera a situação do processo de arrecadação do município com o ISSQN?**

- ☐ Evoluindo Pouco – Encontrando muitas dificuldades
- ☐ Evoluindo Devagar – Esta boa, mas pode melhorar
- ☐ Evoluindo Rápido – Esta ótima com altos desempenhos

**25- O processo de arrecadação municipal com o ISSQN tem sido a característica que diferencia o município dos outros municípios do estado?**

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

**Se Positivo por qual característica?**

- ☐ O processo é fácil rápido, mas não é eficiente.
- ☐ O processo é lento e problemático
- ☐ O processo é eficiente, e é utilizado como modelo para as demais cidades

**26- O processo de arrecadação do ISSQN no município está entre os melhores que você conhece? Se possível justifique a sua resposta.**

- ☐ Sim, é um dos melhores
- ☐ Não, eu conheço melhores
- ☐ Está bom, mas pode melhorar.

**27- O setor voltado para a arrecadação municipal do ISSQN esta atento nas frequentes inovações de sistemas que buscam a eficiência da arrecadação?**

- ☐ Sim ☐ Não

**28- Alguma vez o município foi “destaque” em relação à arrecadação do ISSQN?**

- ☐ Sim
- ☐ Não

**Se a resposta da pergunta anterior for SIM, você acha que isso se deve por qual motivo?**

- ☐ Pelo sistema, que assegura a melhor eficiência na arrecadação.
- ☐ Porque temos Fiscais altamente treinados.
- ☐ Porque motivamos o contribuinte ao pagamento do imposto
- ☐ Todos
- ☐ Outros:

**29- Como poderia ser descrito o processo de arrecadação do ISSQN no município para as Empresas?**

**30- Como poderia ser descrito o processo da arrecadação do ISSQN referente à prestação de serviços autônomos?**

**31- Em geral como você considera processo de arrecadação do município?**

- ☐ Excelente ☐ Bom
- ☐ Regular ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

**32- Você teria uma sugestão para a melhoria da arrecadação do ISSQN no município?**